



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

RAQUEL SEGUINS FERREIRA

**CENTRALIDADE MUNICIPAL E INTERDEPENDÊNCIA DOS GASTOS
PÚBLICOS NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS E SUBFUNÇÃO TURISMO**

BRASÍLIA – DF

2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Gárcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Noturno

RAQUEL SEGUINS FERREIRA

**CENTRALIDADE MUNICIPAL E INTERDEPENDÊNCIA DOS GASTOS
PÚBLICOS NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS E SUBFUNÇÃO TURISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

BRASÍLIA-DF
2019

Ferreira, Raquel Seguins.

Centralidade municipal e interdependência dos gastos públicos com comércio e serviços nos municípios brasileiros.

Raquel Seguins Ferreira; Orientação: Prof.º Dr. Edmilson Soares Campos – Brasília, Universidade de Brasília.

Orientação: Prof.º Dr. Edmilson Soares Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2019.

1. Gasto com Comércio e Serviços. 2. Dependência Espacial. 3. Centralidade. 4. Municípios Brasileiros. 5. Turismo

RAQUEL SEGUINS FERREIRA

CENTRALIDADE MUNICIPAL E INTERDEPENDÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS
COM COMÉRCIO E SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis,
aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

Professor Orientador

Universidade de Brasília- UnB

Prof.^a Dra. Fátima de Souza Freire

Professor Examinador

Universidade de Brasília- UnB

Brasília, 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus, sei que tudo que conquistei e ainda irei conquistar provém unicamente das suas misericórdias. Ele nunca me desamparou e não poderia fazer menos do que dedicar minha vida e minhas decisões em suas mãos, pois sei que sempre resguarda o melhor para mim.

Agradeço imensamente meu orientador, Professor Dr. Edmilson por me possibilitar concluir mais esta etapa. Seu profissionalismo e companheirismo foram essenciais nesta jornada.

Não posso deixar de agradecer aos meus queridos e amados familiares.

Minha mãe, Luciene que nunca duvidou de mim, mas sempre me fortaleceu a correr atrás dos meus sonhos. Agradeço por suas orações que fizeram de mim uma pessoa mais forte, agradeço por sempre dividir comigo as minhas cargas, e ainda que não pudesse tira-las da minha responsabilidade, intercedia para que Deus fizesse por mim.

Também ao meu pai Gabriel e meu esposo Adriano que me proporcionam segurança e me dão o amor que necessito me incentivando a prosseguir, vocês são os meus alicerces.

Meu irmão Dassahyev por me proporcionar tantas alegrias, por ser uma benção em minha vida. Agradeço pelo cuidado que sempre demonstrou e pela preocupação de sempre me ver feliz.

Ao meu irmão Gabriel Junior sua esposa Stephanye e meus lindos sobrinhos Rafael e Bianca, o apoio e preocupação de vocês fazem de mim uma pessoa melhor e me dão forças para ir além.

Minhas amigas de curso Naylla e Marina, que me ajudaram nesta jornada.

É gratificante saber que Deus colocou em minha vida pessoas maravilhosas, sou grata a cada um por terem me incentivado em todos os momentos de dificuldade. Sei que posso contar com vocês.

RESUMO

A presente pesquisa investiga quais são os fatores determinantes do gasto público com comércio e serviços sob o ponto de vista da interdependência espacial entre os municípios brasileiros para os anos de 2009 a 2018. Foram descritos cinco tipos de efeitos que os municípios tidos como centrais podem gerar, são eles: efeito transbordo, avaliação comparativa dos desempenhos, competição por recursos, características similares da população e a teoria dos lugares centrais. Para abordagem dos resultados, utilizou-se o Índice de Moran que representa a dependência espacial entre as localidades, sendo que uma autocorrelação positiva significa que quando uma jurisdição aumenta seus gastos, conseqüentemente, o vizinho também aumentará, a negativa evidencia que quando um ente gasta mais o vizinho tenderá a gastar menos. Também foram utilizados modelos espaciais autorregressivos a fim de verificar a interação entre as variáveis dependentes e independentes. Os resultados apresentam que existe dependência espacial entre as jurisdições e mostram que em todo o território brasileiro predominou-se *clusters* de baixo investimento de interação horizontal. E como resultado da análise empírica desta pesquisa apoiando-se na Teoria dos Lugares Centrais (TLC) foi possível verificar o impacto da centralidade considerando a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de tal forma que, foram realizadas três regressões contemplando os períodos de 2013 a 2017 e tais resultados mostraram que a centralidade influencia positivamente nos gastos com comércio e serviços.

Palavras-chave: Gastos com Comércio e Serviços, Dependência Espacial, Centralidade, Municípios Brasileiros, Turismo.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Divisão da Função Comércio e Serviços em subfunções..... | 12 |
| Quadro 2 – Variáveis dependentes e independentes da pesquisa..... | 28 |
| Quadro 3 – Índice de Moran para diferentes matrizes de pesos espaciais – 2009 a 2011..... | 30 |
| Quadro 4 – Índice de Moran para diferentes matrizes de pesos espaciais – 2012 a 2014..... | 30 |
| Quadro 5 – Índice de Moran para diferentes matrizes de pesos espaciais – 2015 a 2017..... | 31 |
| Quadro 6 – Resultado das regressões com a variável (TURPER) nos anos de 2013 a 2017... | 35 |
| Quadro 7 – Resultado das regressões com a variável (CeSPER) nos anos de 2013 a 2017.... | 38 |
| Quadro 8 – Resultado das regressões com a variável (SubPER) nos anos de 2013 a 2017.... | 39 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Representação da teoria dos lugares centrais..... | 22 |
|--|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Distribuição do Gasto com Comércio e Serviços..... | 24 |
|--|----|

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1 – Distribuição do gasto com comércio e serviços pelo Brasil..... | 29 |
| Mapa 2 – Mapas de <i>cluster</i> locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com comércio e serviços..... | 32 |
| Mapa 3 – Mapas de <i>cluster</i> locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com turismo..... | 33 |
| Mapa 4 – Mapas de <i>cluster</i> locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com demais subfunções de comércio e serviços..... | 33 |

LISTA DE SIGLAS

CNTur – Conselho Nacional de Turismo
DNI – Departamento Nacional de Informações
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FINBRA – Finanças Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional
MEE – Modelo de Erro Espacial
MPOG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MQO – Mínimos Quadrados Ordinários
MTO – Manual Técnico do Orçamento
PIB – Produto Interno Bruto
PLANTUR – Plano Nacional de Turismo
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
SAR – Modelo Espacial Auto-regressivo
STN – Superior Tribunal Nacional
TLC – Teoria do Lugares Centrais
UNWTO – Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Definição do Problema | 12 |
| 1.2 Objetivos | 13 |
| <i>1.2.1 Geral</i> | 13 |
| <i>1.2.2 Específicos</i> | 14 |
| 1.3 Justificativa | 14 |
| 1.4 Estrutura da Monografia | 15 |
| 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO | 16 |
| 2.1 Evolução das Políticas Públicas em Turismo no Brasil | 16 |
| 2.2 Abordagens Teóricas sobre a Interdependência do Gasto Público | 18 |
| <i>2.2.1 Efeito de Transbordo (Spillover effects)</i> | 18 |
| <i>2.2.2 Avaliação comparativa dos desempenhos (Yardstick Competition)</i> | 19 |
| <i>2.2.3 Competição por recursos (Tax Competition)</i> | 20 |
| <i>2.2.4 Características similares da população</i> | 21 |
| <i>2.2.5 Teoria dos lugares centrais</i> | 21 |
| 2.3 Hipóteses de Pesquisa | 23 |
| 3 METODOLOGIA | 24 |
| 3.1 Análise de Dados Espaciais | 25 |
| 3.2 Variáveis de Pesquisa | 27 |
| 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 29 |
| 4.1 Dependência Espacial | 30 |
| 4.2 O Impacto da Centralidade Municipal | 33 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

1 INTRODUÇÃO

O papel do estado na economia, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, é um dos assuntos que tem provocado grande divergência entre os economistas. A política fiscal e seus componentes (tributação, gastos, orçamento, dívida pública, entre outros) tem sido tema recorrente, deixando em evidência a preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia. A gestão pública, com o intuito de incrementar os níveis de desenvolvimento socioeconômico, deve ser realizada de modo a otimizar os recursos, garantindo um máximo resultado, dada uma quantidade fixa de insumo. Nesse caso, o recurso público. O desafio da eficiência se torna ainda mais complexo tendo em vista as particularidades de cada município, que possui demandas, prioridades e recursos distintos entre si.

Além disso, a história da administração pública no Brasil, principalmente em nível municipal, está repleta de exemplos de má gestão de recursos, tendo como agravantes a falta de responsabilidade e compromisso social de alguns gestores públicos, o que colaborou para elevados índices de corrupção e endividamento (MEIRELLES, 2002; OLIVEIRA, PETER e MENESES, 2010; SOUSA et al., 2011; OLIVEIRA e SILVA, 2012; KLERING, KRUEL e STRANZ, 2012; SOUSA et al., 2013; DUARTE e LIMA 2013; DENARDI et al., 2014).

Cristalles (1993) buscou explicar a razão do porquê existe tanta desproporcionalidade entre as cidades, ou seja, porque existem cidades pequenas e grandes, assim como também buscou o porquê de uma distribuição tão irregular entre elas. Isen (2014) afirma que uma questão fundamental sobre a análise dos governos locais está em compreender até que ponto eles são influenciados pelos governos vizinhos.

Entretanto, os estudos na área pública mostram vários modelos empíricos que consideram apenas a influência de variáveis locais, ignorando o relacionamento entre localidades (ARONSSON, LUNDBERG e WIKSTRÖM, 2000; LEUNG e WANG, 2010; COSTA, LIMA e SILVA, 2014; DEGENHART, VOGT e ZONATTO, 2016). É importante que se considere a influência que as localidades vizinhas exercem sobre o desenvolvimento particular de uma localidade específica, em termos de gasto público, pois o relacionamento entre localidades se mostra como elemento capaz de auxiliar os modelos empíricos, agregando informações que vão além daquelas aferidas a partir das variáveis locais e individualizadas.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) anualmente disponibiliza o Manual Técnico do Orçamento (MTO). O manual é um importante instrumento de apoio aos processos orçamentários da União.

Utilizando-se o MTO é possível identificar a classificação funcional da despesa. Esta classificação é formada por funções e subfunções que buscam responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

O quadro 1 demonstra a função Comércio e Serviços e suas subfunções com seus respectivos códigos de acordo com o MTO.

Quadro 1 – Divisão da Função Comércio e Serviços em subfunções.

| Função | Subfunção |
|---------------------------------|----------------------------|
| 23 - Comércio e Serviços | 122 - Administração Geral |
| | 691 - Promoção Comercial |
| | 692 - Comercialização |
| | 693 - Comércio Exterior |
| | 694 - Serviços Financeiros |
| | 695 - Turismo |
| | 999 - Outras Despesas |

Fonte: Manual Técnico do Orçamento (2018)

Desta forma visto que o setor de Comércio e Serviços passou por um processo de acelerada expansão por volta dos anos 2000 e início da década atual e sua proporção absoluta está ao redor de 70% do PIB. Estudos recentes descrevem o setor de comércio com produtividade relativamente elevada, composto por segmentos bastante heterogêneos e com alguns segmentos dinâmicos, que contribuem para o processo de inovação e difusão de conhecimento na economia.

Com relação as subfunções verifica-se que o turismo é considerado a maior indústria desse setor, visto que engloba muitos negócios, como restaurantes, hotéis, agências de viagens e companhias aéreas, sendo responsável por 7% de todos os postos de trabalho no mundo (NARAYAN et al., 2009).

Logo utilizando os dados de gastos públicos com Comércio e Serviços busca-se analisar algumas teorias principais, tendo como objetivo desvendar a dependência entre os municípios brasileiros.

1.1 Definição do Problema

Nesse panorama, serão analisadas cinco teorias, que na perspectiva do setor público demonstram as possíveis interações e interdependência espaciais do gasto público entre as localidades, são elas: o efeito de transbordo, a avaliação comparativa dos desempenhos, a competição por recursos, as características similares da população e a teoria dos lugares centrais.

Para Isen (2014), o efeito de transbordo convencional se evidencia quando os residentes de uma localidade aproveitam, direta ou indiretamente, dos bens públicos fornecidos por outra localidade. Nesse caso, Segundo Werck, Heyndels e Geys (2008) os gastos públicos de um município não apenas favorecem os contribuintes daquele ente, como também indivíduos que não são contribuintes para a receita local.

A hipótese de Avaliação comparativa das Performances se baseia na ideia de que os eleitores, não tendo informações perfeitas sobre o nível dos serviços públicos que deveriam ser adequadamente fornecidos, usam informações dos gastos públicos (e carga tributária) de outras jurisdições como uma métrica para julgar os seus próprios gestores (YU et al., 2013).

Na teoria da Competição por Recursos, os governos independentes competem por recursos escassos ao reduzirem a carga tributária e os níveis do gasto público (WILSON, 1999). Esse autor afirma que, no intuito de manter os impostos baixos para atrair investimentos empresariais, os governos podem reduzir os gastos com serviços públicos. A diminuição da carga tributária, para atrair a instalação de empresas locais, pode influenciar negativamente no nível de investimento público (REVELLI, 2005).

A teoria das Características similares da população aponta para a compreensão de que municípios com características semelhantes tendem a possuírem os mesmos, ou pelo menos parecidos, níveis de gastos públicos. Os indivíduos de um mesmo grupo tendem a se comportarem de forma similar aos demais devido a possuírem características semelhantes ou fazerem parte de um único ambiente institucional (MANSKI, 1993).

E a Teoria dos Lugares Centrais onde entende-se por municípios centrais, segundo a teoria de Christaller (1966), aqueles dotados de estrutura que possa ofertar bens e serviços a uma gama expressiva da população que o cerca, atingindo dessa forma além dos seus municípios, a população de municípios e regiões vizinhas. Por sua vez, entende-se por região de influência (CENTRALIDADE) de um lugar central, a área de mercado dos bens e serviços centrais (CHRISTALLER, 1963).

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **quais fatores de interdependência impactam os gastos públicos na função comércio e serviços com ênfase na subfunção turismo nos municípios brasileiros, no período de 2009 até 2018?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Verificar o impacto da interdependência nos gastos públicos em comércio e serviços dando ênfase a subfunção turismo nos municípios brasileiros no período de 2009 a 2018.

1.2.2 Específicos

- a) Descrever o impacto da centralidade municipal no gasto público em Comércio e Serviços, Turismo e com as demais subfunções (Comércio Exterior, Administração Geral, Promoção Comercial, Serviços Financeiros, Comercialização e Outras Despesas).
- b) Determinar a dependência espacial entre os municípios.
- c) Verificar como fatores sociais afetam o gasto em Turismo.

1.3 Justificativa

De modo a garantir que a sociedade tenha maior acesso aos bens e serviços disponibilizados pelo Estado e, assim, possa se beneficiar da sua alocação por parte da gestão pública, faz-se necessário atentar-se ao fato de o gasto público ser financiado por meio dos tributos, oriundos do esforço de toda a sociedade e, portanto, se espera que esse gasto seja eficaz (realize determinada função) e que, principalmente, seja eficiente (realize determinada função da maneira mais racional e ao menor custo possível), já que incorrem relevantes custos de oportunidade quando se trata da provisão de um determinado serviço. Logo, o desafio de se manter gastos públicos eficientes se intensifica, tornando-se uma atitude premente, e sua constância indispensável para o bem-estar da sociedade (PEREIRA FILHO, PIANO e SOUZA, 2010).

O setor de comércio e serviços assume posição de destaque na economia brasileira por sua fundamental importância para o adequado funcionamento das economias contemporâneas, onde viabiliza o ciclo de produção e consumo.

O turismo embora deixado de lado é um dos setores que mais cresce no Brasil, movimentando direta e indiretamente uma quantia incalculável, sendo considerado um meio lícito que mais movimenta dinheiro em qualquer país. A importância desta atividade para a economia mundial, está associada ao motivo de que com a chegada dos turistas ocorrerá conseqüentemente o aumento do consumo, produção de bens e serviços gerando assim a criação de novos empregos. Segundo a **Organização Mundial do Turismo (UNWTO)**, hoje, o volume de negócios do turismo iguala ou até supera o das exportações de petróleo, produtos alimentares ou automóveis. O turismo tornou-se um dos principais atores do comércio internacional e representa ao mesmo tempo uma das principais fontes de receita para muitos países em desenvolvimento.

Em relação à produção de conhecimento científico e acadêmico, a pesquisa justifica-se por ampliar a discussão envolvendo o gasto com comércio e serviços que é pouco estudado, trazendo uma perspectiva voltada para as questões de interdependência dos municípios podendo

assim agregar conhecimento sobre a importância dessa função nos dias atuais e servir de possível indicador para elaboração de futuras políticas públicas que possam incentivar o aumento da atividade em questão.

1.4 Estrutura da Monografia

Para facilitar a compreensão e a fluidez da leitura desta monografia, cabe relatar que o trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. O primeiro contém a contextualização do tema, a definição do problema, a justificativa e a definição do objetivo geral e dos específicos, com o intuito de definir o assunto estudado.

O segundo capítulo abrange fundamentação teórica da evolução das políticas públicas voltadas ao setor turístico, e as abordagens teóricas sobre a interdependência do gasto público.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia do trabalho, bem como à discriminação de todas as etapas para a realização do mesmo.

O capítulo quatro vem mostrando à análise dos resultados da pesquisa e por fim, são apresentadas as considerações finais da autora, indicando as limitações da pesquisa, as possibilidades de futuras pesquisas, as referências e os apêndices deste escrito.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O setor de comércio e serviços também chamado de setor terciário, ganhou uma maior relevância na economia do Brasil a partir da década de 1970, quando se expandiu em função do crescimento da industrialização do país. Afinal, por causa da intensificação e difusão da atividade industrial, aumentaram as demandas por diversos serviços. Outro fenômeno que pode ser evidenciado para justificar o crescimento do setor terciário foi a expansão da urbanização que predominou a partir da segunda metade do século XX.

A partir daí o setor terciário vem mostrando crescimento ao longo dos anos. Por definição esse setor é tido como aquele que produz serviços (bens “intangíveis” ou imateriais), bem como o destino final dos bens produzidos (o comércio). Esse setor demonstra expressiva relevância na economia brasileira, sendo que, há vários anos a composição do PIB tem participação expressiva deste segmento.

O turismo é uma das atividades do setor terciário que mais crescem no Brasil e no mundo. Sua importância na pauta comercial está relacionada com a capacidade crescente de gerar renda e empregos, tanto diretos quanto indiretos, contribuindo preponderantemente para o desenvolvimento econômico.

2.1 Evolução das Políticas Públicas em Turismo no Brasil

As políticas públicas são ferramentas do Estado para administrar os bens públicos. Considera-se o Estado como todo aparato por meio do qual o governo exerce seu poder através de políticos eleitos, servidores públicos/civis, regulamentações, normas e leis. O Estado brasileiro (República Federativa do Brasil) é composto pelos governos federal, estadual e municipal e suas diversas instituições públicas. As políticas públicas são ferramentas que induzem os rumos do desenvolvimento de um país (FERNANDES, 2007).

A política pública do turismo é uma das áreas da política responsável por desenvolver diretrizes, planejamento, promoção e controle da atividade turística de um país, estado, região ou município (HALL, 2001). Na maioria das vezes, as políticas públicas de turismo são criadas pelos órgãos administrativos ligados ao setor de turismo que são o Ministério do Turismo, Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo.

No que se refere à Divisão de Turismo, ela tinha a função precípua de superintender e fiscalizar os serviços de turismo internos, tanto quanto os serviços dirigidos ao exterior. Em maio de 1945, ocorreu a extinção do referido organismo, pelo Decreto-lei n. 7.582/45. Assim, a Divisão de Turismo foi transferida para o Departamento Nacional de Informações (DNI), que era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, permanecendo atrelada a tal

departamento durante parte do ano de 1946, quando então foi transferida para o Departamento Nacional de Imigração e Colonização, do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

Foi através da gestão Kubitschek que foi possível ampliar a circulação mercantil e desenvolver os mercados turísticos brasileiros (BECKER, 1996). Em 1966, o Decreto-lei n. 55, criava o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Segundo Cruz (2000), ainda que a primeira política nacional de turismo tenha sido lançada apenas em 1966, existiram outras normativas anteriores. O Decreto-Lei n.º 55 de 1966 (já revogado), foi um marco em termos de legislação turística no Brasil, pois criou a Embratur o Conselho Nacional de Turismo, e definiu elementos da primeira Política Nacional de Turismo.

Esta fase anunciou pela primeira vez um conceito de “Política Nacional de Turismo”, e estendeu-se até o ano de 1991, quando ocorreu a revogação do Decreto-lei acima mencionado, pela Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, a qual reestruturou a Embratur. Assim, a Embratur passou a ser chamada de Instituto Brasileiro de Turismo, assumindo a condição de autarquia subordinada à Secretaria do Desenvolvimento Regional, que era um órgão de assistência direta e imediata do presidente da República.

Outro acontecimento importante registrado nesta fase é o lançamento do Plano Nacional de Turismo (Plantur), em 1992, cujos fundamentos principais eram a diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura concentrada no Sul e no Sudeste, com a finalidade de estimular o desenvolvimento via incentivo aos programas de polos turísticos integrados em novas áreas. Também em 1994 foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que estava alinhado com o movimento de descentralização das ações estatais e tinha o propósito de incentivar a participação dos municípios na cogestão das políticas públicas do turismo, visando à democratização do acesso ao turismo.

Em 2003, com a eleição do presidente Lula, criou-se o Ministério do Turismo que veio a constituir um marco da atividade turística brasileira, a qual nunca tinha tido um ministério próprio, expressando o reconhecimento de que a complexidade da atividade turística exigia administração e gestão diferenciadas. Nesse contexto, a Embratur passou por grande reformulação, funcionando como braço direito do Ministério do Turismo e tornando-se responsável pelo marketing, pela divulgação e pela comercialização do produto turístico do Brasil.

Além das alterações na estrutura institucional do turismo brasileiro, o governo Lula substituiu o PNMT, fundamentado na escala municipal, para o PRT (Programa de

Regionalização do Turismo), o qual passou a priorizar o desenvolvimento do turismo na escala regional, procurando agregar municípios com pequena capacidade de atração de visitantes.

2.2 Abordagens Teóricas Sobre a Interdependência do Gasto Público

Cada vez mais a literatura internacional vem mostrando que decisões financeiras de governos locais apresentam efeitos em seus municípios vizinhos. Um dos fatores que dão força a essa teoria é de que o governo local não pode simplesmente impedir o acesso a determinados bens e serviços públicos às pessoas que não residam nele (WERCK, HEYNDELS e GEYS, 2008), o que acaba gerando uma interdependência financeira entre as localidades.

Nessa perspectiva, Revelli (2005) afirma que é possível encontrar algumas teorias para explicar a interdependência do gasto entre entes públicos e que elas, não necessariamente, devam ser tratadas como excludentes. Logo, pode-se elencar algumas teorias principais que buscam desvendar a dependência entre os entes em relação ao gasto público: o efeito de transbordo, a avaliação comparativa dos desempenhos, a competição por recursos, as características similares da população e a teoria dos lugares centrais (CASE, ROSEN e HINES JR, 1993; BESLEY e CASE, 1995; REVELLI, 2005; MANSKI, 1993 e CHRISTALLER, 1966).

2.2.1 Efeito de Transbordo (*Spillover effects*)

Case, Rosen e Hines JR (1993) foram os pioneiros na identificação dos efeitos de transbordamento nos orçamentos governamentais. Por meio da estimação da despesa dos orçamentos de governos estaduais dos Estados Unidos, constataram a presença do Efeito de Transbordo assumindo que residentes de cada estado norte-americano se beneficiam do gasto público de outros estados, bem como do próprio estado.

De acordo com Solé-Ollé (2006), o efeito transbordo pode se apresentar de duas formas distintas. A primeira é vista quando um ente oferece um serviço público, ou executa um investimento, e acaba favorecendo os municípios das cidades circunvizinhas. Quando isto ocorre, o gasto público não extrapola suas fronteiras, no entanto atrai uma demanda da vizinhança para sua jurisdição.

Já a segunda, acontece quando a oferta de um bem público transcende o limite territorial do ente responsável pelo serviço ou investimento, passando a, também, atingir indivíduos além de suas fronteiras.

Para Isen (2014), o efeito de transbordo convencional se evidencia quando os residentes de uma localidade aproveitam, direta ou indiretamente, dos bens públicos fornecidos por outra

localidade. Murdock, Rahmatian e Thayer (1993) estimaram um modelo em que as despesas de lazer dos governos locais na Califórnia também afetam o bem-estar dos não residentes.

De forma complementar observa-se nos estudos de Werck, Heyndels e Geys (2008) que existe uma tendência de que pequenos municípios sejam mais propensos a desenvolver o comportamento de caronas, ou seja, tais municípios tenderão a usufruir da provisão de bens e serviços fornecidos por outras jurisdições. Logo verificaram que ao se considerar o tamanho dos municípios é possível observar uma assimetria dos gastos dos menores em relação aos maiores sob uma perspectiva da análise horizontal.

A interação horizontal acontece quando esse processo é desenvolvido entre jurisdições do mesmo nível de governo, como por exemplo, município-município, estado-estado, país-país (SOARES, 2014).

2.2.2 Avaliação comparativa dos desempenhos (Yardstick Competition)

Diante da correlação positiva dos gastos públicos entre estados vizinhos encontrada por Case, Rosen e Hines Jr (1993) procurou-se uma explicação para tal fenômeno. Nessa perspectiva Besley e Case (1995) desenvolveram uma nova abordagem teórica que passou a explicar a correlação espacial positiva encontrada nos gastos públicos. Essa teoria foi consolidada e difundida a partir de um modelo informacional baseado na teoria de agência (BESLEY e ROSEN, 1998). A avaliação comparativa dos desempenhos fundamenta-se na comparação entre a quantidade de tributos cobrados aos contribuintes e os serviços a eles prestados.

A avaliação dos desempenhos é aferida a partir da ideia de que os eleitores, não tendo informações perfeitas sobre o nível dos serviços públicos que deveriam ser adequadamente fornecidos, usam informações dos gastos públicos de outras jurisdições como uma métrica para julgar os seus próprios gestores (YU et al., 2013).

Sendo assim diante da assimetria de informação existente entre o eleitor e o governante, não é possível avaliar com clareza o custo dos serviços públicos e conseqüentemente o desempenho do governante (BESLEY e CASE, 1995). Desta forma o desempenho governamental vizinho passa a ser utilizado para avaliar a competência do governo local.

Por outro lado, Besley e Case (1995) afirmam que essa comparação gera um problema de agência política. O governante local (Agente) tende a copiar as políticas dos municípios circunvizinhos de melhor desempenho, para aumentar suas chances de permanecerem no cargo. Dessa forma, espera-se que haja uma interação positiva entre os vizinhos, visto que a tendência

é de que quando uma jurisdição aumenta seus gastos públicos o ente vizinho também tende a aumentar.

Revelli (2005) explica que um bom político fornece um serviço público ao preço gi , enquanto um mau político cobra da população em termos de tributos $ti=gi+wi$, onde a parcela adicional wi representa algum desperdício ou despesas com juros. Segundo esse autor, ao aumentar wi o político sinaliza ineficiência reduzindo a sua probabilidade de reeleição. A função utilidade do mau político consiste em maximizar wi , considerando um patamar que garanta sua reeleição.

O mau político tem por objetivo maximizar o wi , no entanto, é importante ressaltar que podem existir outros fatores de interferência na interação entre jurisdições.

2.2.3 Competição por recursos (Tax Competition)

Nessa teoria segundo Revelli (2005) os governantes utilizam de mecanismos legais para reduzirem a carga tributária, ou promoverem incentivos fiscais em suas jurisdições com o intuito de atrair empresas tornando-se mais atrativos que outras jurisdições vizinhas. A diminuição da carga tributária, para este fim, pode influenciar negativamente no nível de investimento público fazendo com que a competição do lado da receita se reflita na despesa.

Levando em consideração que os governos utilizam da competição tributária (*tax competition*), para atrair os fatores produtivos para sua região, Carneiro e Lucas (2016) mostram que isso ocorre quando um gestor consegue que uma indústria se instale em sua região pelo fato de possuir uma menor carga tributária.

Outra forma de competição por impostos advém da repartição de recursos de transferência. Isso acontece devido ao uso habitual dos critérios de repartição serem o Produto Interno Bruto e a população do município (SOARES, 2014).

Diante desse cenário, (YU et al., 2013) aponta o surgimento de uma competição entre os entes para aumentarem suas populações e atráírem investimentos locais, com o propósito de participarem com uma fatia dos recursos de transferência.

Seguindo essa linha teórica de competição por recurso existem vários trabalhos com diferentes abordagens (HAN, PIERETTI e ZOU, 2017; YU et al, 2013; HAUPTMEIER, MITTERMAIER e RINCKE, 2012; ZISSIMOS e WOODERS, 2008). No Brasil os municípios são autônomos no que diz respeito a alterações das alíquotas de determinados impostos, tornando possível a interação entre os municípios brasileiros.

2.2.4 Características similares da população

Essa teoria busca mostrar que os municípios com características semelhantes tendem a possuírem parecidos níveis de gastos públicos. Desta forma Manski (1993), diz que os indivíduos de um mesmo grupo tendem a se comportarem de forma similar porque possuem características semelhantes ou fazem parte de um único ambiente institucional.

Para Werck, Heyndels e Geys (2008), existe um padrão de gastos entre as jurisdições vizinhas pelo simples fato de suas populações terem características semelhantes, o que conseqüentemente os leva a terem políticas similares.

Muitos trabalhos têm empregado as características da população em estudo para tentar explicar um determinado fenômeno. Como exemplos têm-se:

Ben-Arieh (2010) explorou, em 172 localidades israelenses, se as características locais estão relacionadas à proporção de gastos públicos em educação e bem-estar. Os resultados mostraram que as características sociais da região podem justificar em até 40% a variação dos índices de desempenho escolar ou seja existe uma relação clara entre a proporção de gastos públicos em educação e bem-estar e as características socioeconômicas da localidade.

Werck, Heyndels e Benny (2008) utilizaram taxa de desempregados, percentual de idosos, percentual de pessoas menores de 19 anos, densidade populacional, dentre outros fatores, para tentar explicar os gastos com cultura em municípios da Bélgica.

Moscone, Knapp e Tosseti (2007) estudaram o percentual de homens, crianças até quatro anos de idade, taxa de mortalidade e desempregados, além de outros fatores, como determinantes do gasto com saúde mental nos municípios ingleses.

Logo, nessa pesquisa será aplicado um modelo de regressão que irá considerar alguns fatores que a literatura aponta como indutores do gasto público. Nessa perspectiva, é de se esperar que municípios com características mais ou menos próximas tenham gastos públicos também aproximados.

2.2.5 Teoria dos lugares centrais

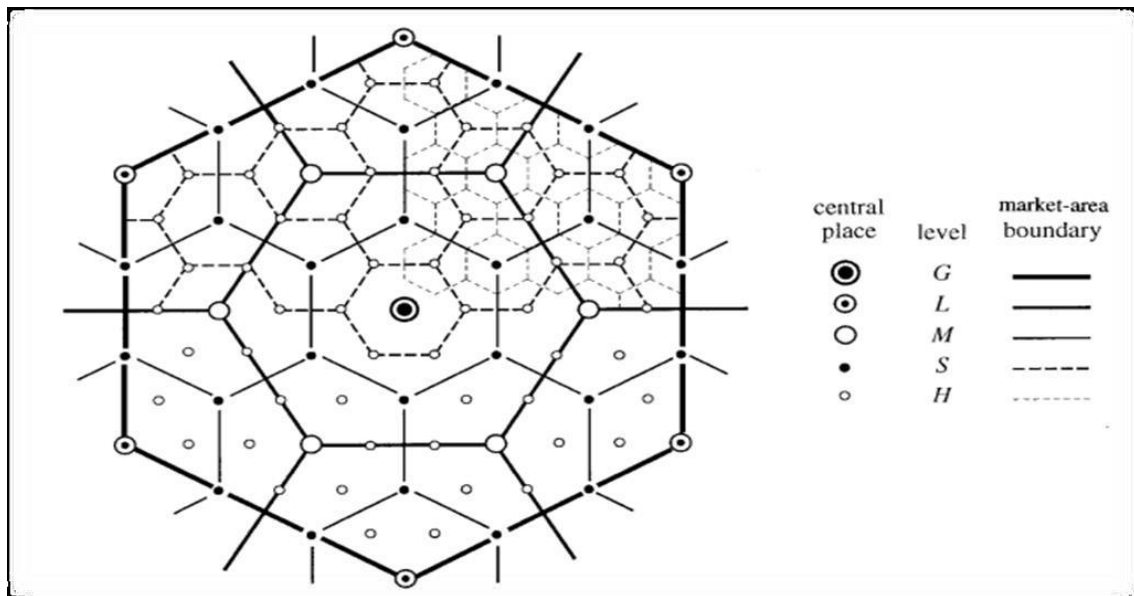
A Teoria dos Lugares Centrais discute a organização espacial da população de acordo com a importância e o dinamismo das atividades econômicas, principalmente do comércio e da indústria. A proximidade de centros industriais e comerciais faz com que a distribuição da população se dê em torno desses polos, ou seja, forma-se uma polarização ou redes desses centros urbanos (ALVES, 2011).

Christaller (1966) estabelece que a centralidade é um fenômeno urbano relacionado às localidades de maior densidade populacional e às atividades econômicas de oferta de bens e

serviços para si e para jurisdições vizinhas. Sendo assim, entende-se por municípios centrais aqueles que possuam estrutura suficiente para ofertar bens e serviços a uma gama expressiva da população que o cerca, atingindo dessa forma além dos seus municípes, a população de municípios e regiões vizinhas.

Para esse autor, o fornecimento de alguns bens ou serviços tem viabilidade apenas se tiver demanda em uma extensa área (polígono maior da figura 1), ou seja, que circunscrita a essa área haja somente uma empresa responsável pela produção desses bens ou serviços.

Figura 1 – Representação da Teoria dos Lugares Centrais.



Fonte: Christaller (1966)

O fato de alguns bens e serviços básicos serem providos em cidades pequenas e de bens e serviços mais complexos serem providos em cidades maiores fundamenta-se no conceito de escala implícita. Pequenos municípios não têm escala suficiente (tamanho populacional) para prover determinados tipos de serviços mais complexos. Assim, bens e serviços públicos mais sofisticados têm de ser providos em cidades maiores em função da maior capacidade de rateio dos seus custos (MENDES, 2016).

Diante de tal perspectiva, Christaller (1966) mostra uma hierarquia no fornecimento dos bens e serviços, sendo que enquanto alguns bens e serviços são distribuídos em todas as localidades, há outros que são distribuídos apenas em regiões centrais. Desta forma tem-se que os municípios que não dispõem de todos os bens e serviços se submetem a uma localidade central para os acessá-los, conforme ilustrado na figura 1.

Pelo fato de alguns municípios não possuírem um determinado serviço, pode-se inferir que os habitantes ainda que não migrem para localidades vizinhas para se beneficiarem dos

serviços públicos eles precisem se deslocar mesmo que temporariamente, tornando suas cidades de residência conhecidas como cidades-dormitórios (CARNEIRO e LUCAS, 2016)

Christaller (1966) argumenta que devido à viabilidade de fornecimento de alguns bens e serviços ser apenas em nível local, enquanto outros somente serão viáveis com fornecimento a um nível central, como em uma região metropolitana, existe a tendência de que os grandes centros (metrópoles) ofereçam todo tipo de bens e serviços e à medida que a localidade se torna mais periférica a menor variedade de bens e serviços ofertados é constatada.

Pelo fato de haver essa centralidade no fornecimento de alguns bens e serviços, bem como a necessidade de deslocamento para acessá-los, surge a relação de interdependência entre os municípios. O que conseqüentemente acarretará nos chamados caronas, pois os pequenos municípios irão aproveitar da proximidade dos grandes centros para se desenvolver economicamente tendo acesso a tais bens e serviços.

2.3 Hipóteses de pesquisa

Utilizando-se fatores sociais foram elaboradas sete hipóteses de pesquisa, tendo o intuito de verificar como esses fatores influenciam os gastos com Comércio e Serviços.

No entanto o foco principal está em analisar esse comportamento em relação a subfunção turismo já que a atividade turística depende de variados fatores sociais para seu desenvolvimento.

(H1): A centralidade influencia positivamente os gastos;

(H2): Há uma relação positiva do gasto em municípios com um grande número de pessoas menores de 19 anos e maiores de 65 anos

(H3): A densidade demográfica influencia positivamente os gastos;

(H4): Nível educacional e renda da população têm efeito positivo sobre os gastos;

(H5): O aumento da taxa de desemprego apresenta influência negativa sobre os gastos;

(H6): A coligação partidária do gestor municipal com outras esferas de governo tem efeito positivo sobre o gasto;

(H7): Há uma relação positiva entre gasto e o número de patrimônio tombado.

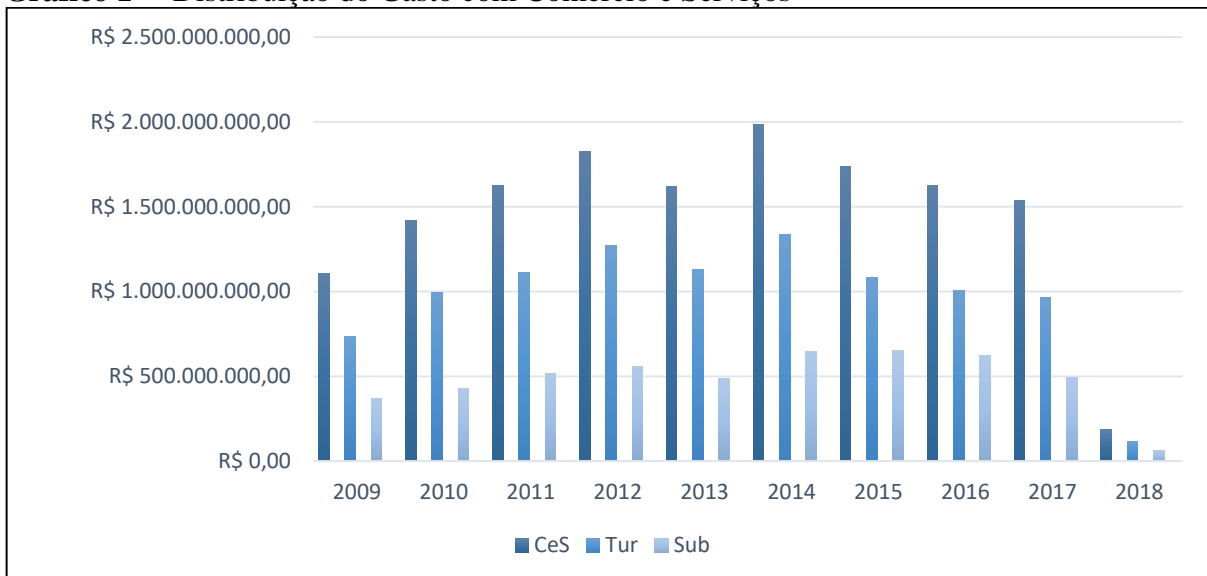
3 METODOLOGIA

A área de estudo deste trabalho abrange 5570 municípios brasileiros, e para atender aos propósitos da presente pesquisa foram utilizadas diferentes metodologias no decorrer do trabalho, desde a preparação do banco de dados, definição de variáveis, análise espacial exploratória e modelos de regressões espaciais.

Os dados contábeis de despesas com comércio e serviços foram coletados na base de dados Finanças Brasil – FINBRA disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, sendo que do ano de 2009 ao ano de 2012 (Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-aneais) e do ano de 2013 a 2018 (Disponível em https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf).

Para o cálculo dos resultados foram utilizadas as despesas empenhadas na função de Comércio e Serviços. O gráfico 1 permite verificar como o gasto foi distribuído, sendo que Comércio e serviços é a função central, logo o Turismo e as Demais subfunções estão dentro deste gasto.

Gráfico 1 – Distribuição do Gasto com Comércio e Serviços



Fonte: Finbra – Gasto municipal com Comércio e Serviços

A partir do gráfico acima verifica-se que a função comércio e serviços teve um maior gasto no ano de 2014 e veio reduzindo nos demais anos. Verificar-se também que o ano de 2018 apresentou valores muito abaixo dos demais anos o que se explica pelo fato dos dados para o ano de 2018 não estarem completos.

O fato do ano de 2018 vir apresentando poucos dados para a presente pesquisa optou-se por não utilizá-lo para as análises, pois traria resultados pouco expressivos e com pouca relevância.

Os dados socioeconômicos são do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, disponível em <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/bases.html>, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em <https://mapas.ibge.gov.br/en/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>, e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-aneais.

3.1 Análise de Dados Espaciais

O índice I de Moran é o método mais usado para o cálculo de autocorrelação espacial. O indicador verifica se existe correlação espacial de uma variável de interesse. (ALBUQUERQUE, 2009). O índice de Moran (I) é dado por:

$$I = \frac{n}{S_0} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2}$$

Onde W é a ponderação espacial em que cada célula representa a distância entre os pares i e j de dados de duas regiões X_i e X_j e n é o número de regiões (ALMEIDA, 2012). Uma autocorrelação positiva significa que quando uma jurisdição aumenta seus gastos, consequentemente, o vizinho também aumentará seu nível de gasto. Por outro lado, a autocorrelação negativa evidencia que quando um ente gasta mais o vizinho tenderá a gastar menos (SOARES, 2014).

A análise desta pesquisa foi feita utilizando os indicadores locais que permitem um maior detalhamento para cada região, tornando possível, a identificação de diferentes padrões espaciais, como agrupamentos com valores parecidos (clusters) ou divergentes (outliers). Ao estudar os padrões locais para autocorrelação, é possível ter-se informações sobre a presença de heterogeneidade espacial. Podendo então, descobrir associações espaciais do tipo alto-alto (AA) ou baixo-baixo (BB), e também do tipo alto-baixo (AB) ou baixo-alto (BA) (ALBUQUERQUE, 2009).

Para a análise de dados espaciais tem-se a busca pela forma espacial correta do modelo. Existem vários testes para capturar a dependência espacial nos dados, sendo o mais comum o I Moran e os Multiplicadores de Lagrange (LM) (BIJMOLT, 2009). Existem dois LM básicos para considerar a dependência espacial. LMlag indicando para o modelo de defasagem espacial e o LMerro indicando para o modelo de erro espacial, ambos com a estatística X^2 distribuídas com um grau de liberdade. Estes testes têm como hipótese nula a não dependência espacial (ANSELIN, 2005).

No presente trabalho calculou-se o índice de Moran e em seguida foram analisadas as regressões utilizando primeiramente o modelo clássico de regressão, o que possibilitou a estimação do p-valor e desta forma quando a regressão apresentou dependência espacial foram analisados também os modelos de erro autorregressivo (Robust LMerro) ou modelo de defasagem espacial (Robusto LMLag) para verificar qual possui o menor p-valor.

O modelo espacial autorregressivo *Spatial Lag* (SAR) é empregado para medir a interdependência entre os municípios, para tanto é incorporado um parâmetro espacial *roh* (ρ), que captura a relação de dependência entre vizinhos. O modelo SAR apresenta a seguinte configuração:

$$Y_i = \rho W_1 y + \beta k X_i + \epsilon_i$$

Sendo que ρ (*roh*) - é o parâmetro autorregressivo, W_1 - A matriz de peso da vizinhança, X_i são variáveis independentes e ϵ_i - é o termo aleatório de erro normalmente distribuído, de acordo com os pressupostos básicos do modelo clássico de regressão linear. Portanto, se ρ é positivo há indicação de autocorrelação positiva, quando ρ é negativa a indicação é de existência de autocorrelação negativa.

Já o modelo *Spatial Error* (MEE) apresenta outra possibilidade de estimação para o caso de o processo autorregressivo apresentar apenas o termo de erro, ou seja, a autocorrelação não é explicada pelas variáveis explicadas incluídas. O MEE é dado por:

$$Y_i = \alpha + X_i \beta_i + \lambda W u + \epsilon_i$$

Em que λ é o coeficiente espacial de erro e u é o erro espacial dependente e α é o termo constante (ANSELIN, 2005).

Para análise das regressões é de suma importância convencionar as formas de vizinhança nas matrizes de vizinhança que consideram a contiguidade. Sendo assim, as regras seguem os movimentos de peças que existem no jogo de xadrez, tais como a torre (Rook) e a rainha (Queen). (ARAÚJO et al., 2014).

A primeira dada por R1 (Rook) que considera os municípios vizinhos com a maior extensão limítrofe (localizadas a norte, sul, leste e oeste). Caso queira, o vizinho do seu vizinho utiliza o R2 e assim sucessivamente até Rn. A segunda possibilidade seria a utilização Q1 (Queen) que considera todos os municípios em contato direto, independente da direção (norte, sul, leste, oeste, nordeste, noroeste, sudeste e sudoeste), seguindo a mesma lógica para os pontos Rook, R2 para o vizinho do seu vizinho e assim sucessivamente.

Para operacionalizar os modelos deste trabalho foi utilizado o Software GeoDa © que utiliza a estimação por Máxima Verossimilhança.

3.2 Variáveis de Pesquisa

Busca-se identificar como as decisões de investimento em comércio e serviços de um município são afetadas pelo seu grau de centralidade. O modelo de centralidade previsto pelo IBGE classifica os municípios brasileiros em uma hierarquia dos centros urbanos que vai de 1 a 5 sendo:

- 1- Grande Metrópole Nacional;
- 2- Metrópole Nacional;
- 3- Metrópoles;
- 4- Capital Regional Primária;
- 5- Capital Regional Secundária.

Contudo, busca-se saber como a centralidade afeta a decisão de investimento, portanto utilizou-se uma variável binária que assume 0 se o município é classificado como centro local, e 1 se apresenta nível de centralidade maior. De tal forma os municípios são classificados de acordo com a posição que ocupam na rede urbana, podendo ser classificados como metrópoles, que possuem extensa área de influência, ou em centros locais, que sua centralidade não ultrapassa os limites de sua jurisdição.

Para esta classificação, utilizou-se os 5570 municípios brasileiros. Após análise será conhecido os municípios classificados como centro local, e os municípios classificados com níveis superiores de centralidade, e que, portanto, exercem influência sobre um ou mais municípios vizinhos.

Visando atender aos objetivos da presente pesquisa optou-se por analisar três constructos de decisão de investimento em Comércio e Serviços: a) o gasto *per capita* na função centralizadora Comércio e Serviços; b) Gasto *per capita* na subfunção Turismo; e c) o gasto *per capita* das demais subfunções de comércio e serviços somadas, (comercialização, comércio exterior, promoção comercial, administração geral e outras despesas).

Quadro 2 – Variáveis Dependentes e Independentes da Pesquisa

| Variável | Descrição | Base de Dados | |
|--------------------------------|--|---------------|------------|
| Variáveis Dependentes | | | |
| <i>CeSper</i> | Gasto <i>per capita</i> na função Comércio e Serviços | FINBRA | |
| <i>Turper</i> | Gasto <i>per capita</i> na subfunção Turismo | FINBRA | |
| <i>Subper</i> | Demais Subfunções Comércio e Serviços | FINBRA | |
| Variáveis Independentes | | | |
| C1 | Dummy que assume 0 se o município é classificado como centro local, e 1 se apresentar outro nível de centralidade. Os níveis de centralidade são de 1 a 5, conforme metodologia do IBGE. | IBGE | |
| C2 | | | |
| C3 | | | |
| C4 | | | |
| C5 | | | |
| Variável | Descrição | Sinal Espera | Base Dados |
| <i>PIBper</i> | Produto Interno Bruto <i>per capita</i> | + | IBGE |
| IDH-E | Índice de Desenvolvimento Humano como <i>proxy</i> para escolaridade | + | IBGE |
| Menor19 | Percentual da população com menos de 19 anos | + | IBGE |
| Maior65 | Percentual da população com mais de 65 anos | + | IBGE |
| DP | Densidade populacional quociente da população por área do município | + | IBGE |
| GOV | <i>Dummy</i> para o mesmo partido do governador | + | TSE |
| PRES | <i>Dummy</i> para o mesmo partido do presidente | + | TSE |
| Tomb | <i>Dummy</i> que assume 0 se o município não possuir bens tombados e 1 se possuir. | + | IPHAN |
| TXDESE | Metodologia IBGE | - | IBGE |

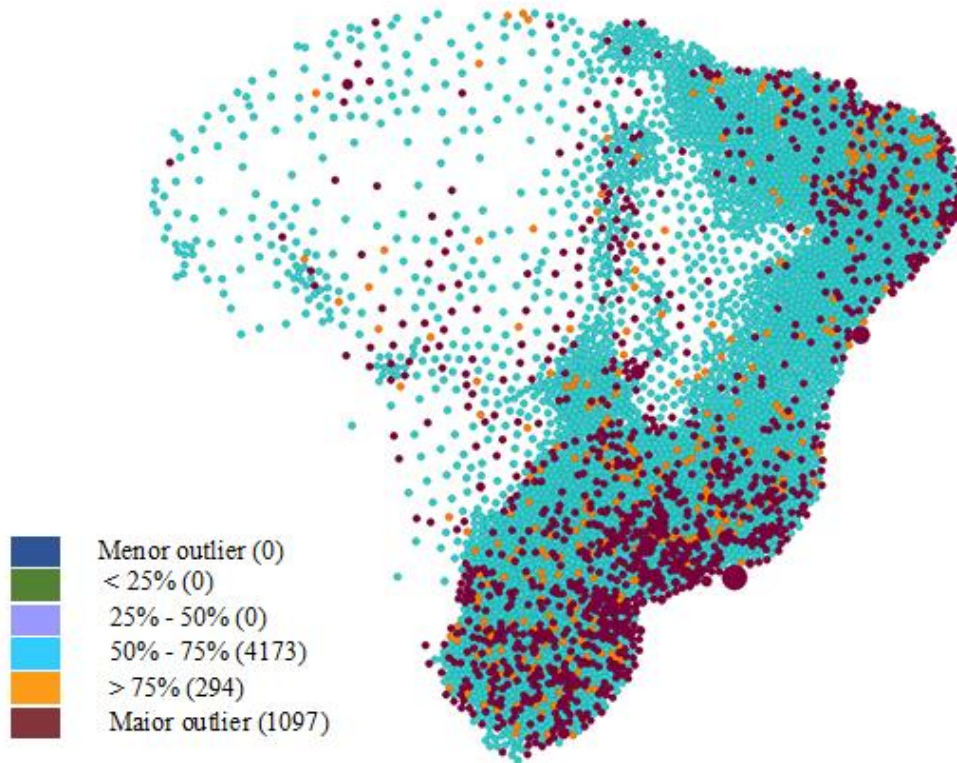
Fonte: Elaboração própria

Conforme quadro acima foram analisadas variáveis independentes, a fim de verificar a influência que elas exercem no aumento ou redução dos gastos com Turismo nos municípios.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A figura 2 permite verificar como a distribuição do gasto com comércio e serviços se comporta nos municípios brasileiros. Para esta análise utilizou-se o gasto total ao invés do *per capita* o que possibilita verificar quais regiões possuem maiores gastos com comércio e serviços.

Mapa 1 – Distribuição do gasto com comércio e serviços pelo Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que quanto maiores são os círculos maiores são os gastos deste local. É possível verificar que os maiores gastos se concentram nas regiões sul, sudeste, seguido do centro-oeste e nordeste. De tal forma que ao longo dos resultados será possível analisar como esses gastos se comportam interdependentemente.

A análise dos resultados se dá pelo cálculo do Índice de Moran para identificar a existência de dependência espacial significativa nas variáveis dependentes da regressão, e a aplicação da estatística inferencial, por meio da estimação dos Modelos Autorregressivos Espaciais.

| | | | | | | | | | |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Queen 2 | 0,078 | 0,087 | 0,033 | 0,085 | 0,096 | 0,039 | 0,080 | 0,088 | 0,043 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| Rook 1 | 0,093 | 0,104 | 0,045 | 0,101 | 0,114 | 0,038 | 0,092 | 0,107 | 0,044 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| Rook 2 | 0,079 | 0,088 | 0,032 | 0,086 | 0,097 | 0,039 | 0,081 | 0,089 | 0,043 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Dados da pesquisa

E ao considerar o triênio de 2015 a 2017 evidenciado na tabela 4, os Gastos com Comércio e Serviços *per capita*, Turismo *per capita* e Outras Subfunções de Comércio e Serviços *per capita*, para ambas as matrizes de contiguidade, os coeficientes de Moran mostraram-se diferentes de zero com 1% de significância.

Quadro 5 – Índice de Moran para diferentes matrizes de pesos espaciais – 2015 a 2017

| Matrizes | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | CeS | Tur | Sub | CeS | Tur | Sub | CeS | Tur | Sub |
| Queen 1 | 0,094 | 0,112 | 0,055 | 0,093 | 0,093 | 0,029 | 0,076 | 0,106 | 0,045 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| Queen 2 | 0,079 | 0,091 | 0,053 | 0,072 | 0,075 | 0,033 | 0,070 | 0,081 | 0,042 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| Rook 1 | 0,094 | 0,110 | 0,051 | 0,092 | 0,091 | 0,029 | 0,077 | 0,107 | 0,046 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |
| Rook 2 | 0,079 | 0,092 | 0,052 | 0,073 | 0,075 | 0,033 | 0,071 | 0,082 | 0,042 |
| | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Dados da pesquisa

Logo ao verificar os índices de todos os anos analisados, constatou-se que, para a variável Outras Subfunções de Comércio e Serviços a dependência espacial mostrou-se fraca sendo o menor percentual de 2,90% e maior percentual de 6,40%. Já a variável Turismo foi a que mostrou maior dependência espacial com o maior percentual encontrado de 13,90% e o menor 7,50%.

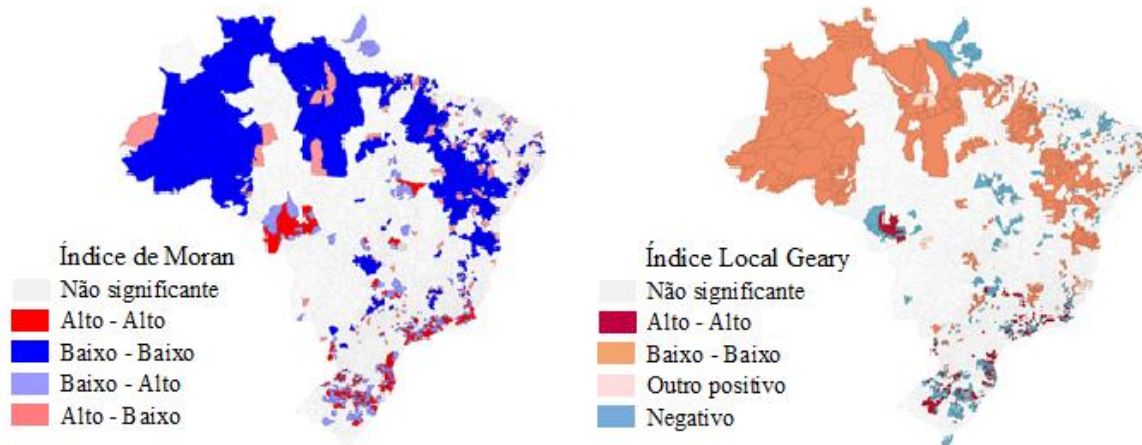
Em relação a função centralizadora Comércio e Serviços, verificou-se que a mesma ficou um pouco abaixo da variável Turismo sendo o maior percentual 12,40% e o menor 7,0%.

Logo o cálculo do índice de Moran possibilita identificar quatro padrões de investimentos para os municípios em análise: a) alto investimento circundado de alto

investimento; b) alto investimento circundado de baixo investimento; c) baixo investimento circundado de baixo investimento; e d) alto investimento circundado de baixo investimento.

Para esta análise utilizou-se o ano de 2016 pois são dados mais atuais e que apresentaram melhores resultados.

Mapa 2 - Mapas de *cluster* locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com comércio e serviços.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 3 é evidenciada a distribuição do Gasto com Comércio e Serviços *per capita*. Ao considerar os quatro padrões de investimentos, foi identificado um *cluster* de baixo grau de gasto com comércio e serviços “baixo – baixo”, localizado na região norte, e outro na região nordeste.

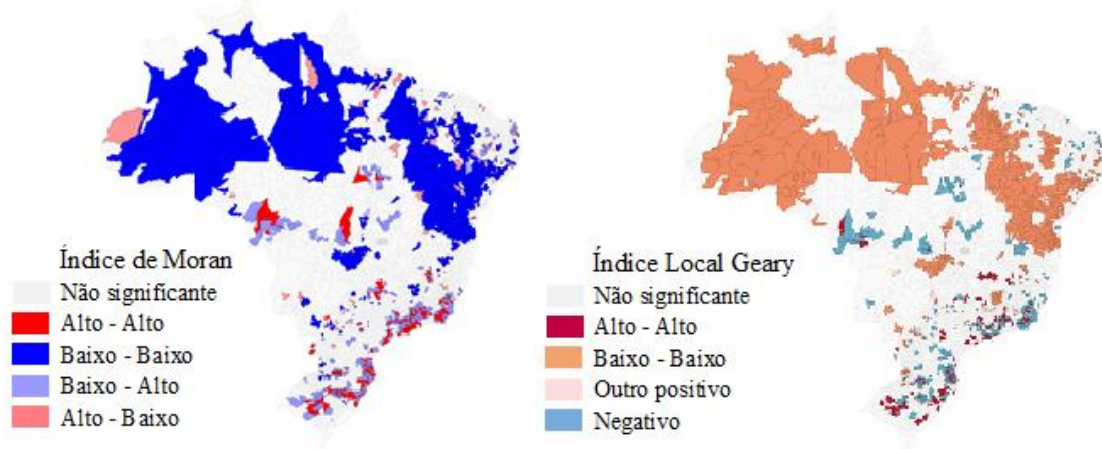
Também é possível verificar alguns pontos isolados nas regiões sul e sudeste que não chegam a constituir-se *cluster*, mas indicam que poucos municípios, localizados próximos às capitais e/ou municípios centrais tem características de gasto “alto – alto” em relação aos seus vizinhos sendo que nessa mesma região também é verificada uma relação maior de padrões “Baixo-Alto”. E no centro-oeste é possível verificar um pequeno cluster de padrão alto – alto.

Na figura 4 temos os resultados para a subfunção turismo que apresentou *clusters* de padrão “baixo – baixo” nas mesmas regiões identificadas para a função comércio e serviços sendo que para turismo, tais *clusters* se mostraram em maior proporção.

Os padrões “alto – alto” também foram identificados, no entanto se mostraram bem isolados tendo maior visibilidade nas regiões sul e sudeste.

Na região sul e sudeste predominam padrões baixo-alto indicando que municípios com baixo gasto em turismo possuem vizinhos com alto gasto. Os padrões são verificados tanto no índice de Moran como para o C de Geary.

Mapa 3 - Mapas de *cluster* locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com turismo.

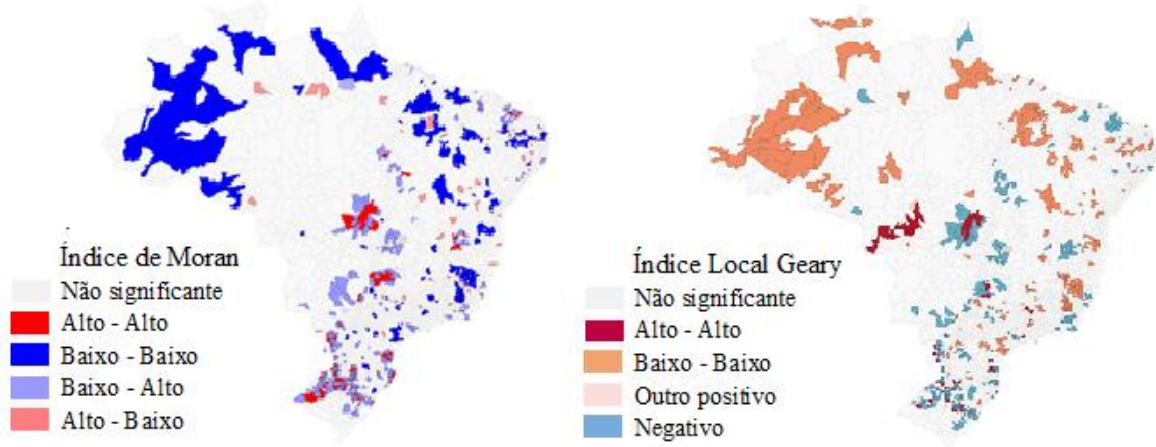


Fonte: Dados da pesquisa.

E na figura 5 foram identificados os padrões de relacionamento para as demais subfunções de comércio e serviços, onde os resultados estão mais isolados apresentando somente um cluster de padrão baixo-baixo na região Norte.

Com isso verificou-se que os padrões de relacionamentos de gastos entre os municípios se dão, em maior parte do território brasileiro, por investimentos “baixo – baixo”. Em menor proporção identificou-se *cluster* de investimentos “alto – alto”, “baixo – alto” e “alto – baixo”.

Mapa 4 - Mapas de *cluster* locais baseados nas estatísticas de I de Moran e C de Geary para gastos com demais subfunções de comércio e serviços.



Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 O Impacto da Centralidade Municipal

Para análise do impacto da centralidade foram realizadas três regressões contemplando os períodos de 2013 a 2017. A escolha do período de cinco anos se deu pelo fato dos dados

serem mais recentes e apresentarem maior significância resultando em análises mais atuais. E para a estimação de tais regressões a ferramenta utilizada foi o *software* GeoDa.

As matrizes de contiguidade consideradas para a pesquisa foram Queen e Rook, até segunda ordem. A qualidade de ajustamento dos modelos estimados foi com base nos critérios de Informação de Akaike (AIC) e o Critério de Schwars (CS). Para estes dois critérios, a literatura sugere o uso do modelo que apresentar o menor valor. Usa-se também o Índice de Moran para avaliar o grau de dependência espacial. O I Moran tem como H₀: não há dependência espacial. Outros indicadores também podem ser analisados como: Multiplicador de Lagrange (lag), Multiplicador de Lagrange Robusto (lag), Multiplicador de Lagrange (erro), Multiplicador de Lagrange Robusto (erro) e Multiplicador de Lagrange (SARMA), todos estes com propósitos e hipótese nula similar ao I Moran (ANSELIN, 2005).

Alguns outros resultados que merecem atenção são o teste de Breusch-Pagan que analisa a homocedasticidade da regressão, tendo como H₀: homocedasticidade dos dados. O teste Jarque-Bera que analisa a normalidade dos resíduos, sendo a hipótese H₀: normalidade. Há também o teste de multicolinearidade, na qual um valor acima de 30, para estes modelos, indica problema (ANSELIN, 2005).

Sob uma perspectiva geral das regressões, todos os modelos apresentaram problemas de normalidade, rejeitando-se a hipótese nula do teste Jarque-Bera. No entanto apesar de ferir um dos pressupostos básicos do modelo clássico de regressão linear, optou-se por realizar a análise embasado na teoria do limite central, na qual indica que à medida que a quantidade aumenta a distribuição amostral da sua média se aproxima de uma distribuição normal (GUJARATI; PORTER, 2011). Já em relação ao teste de multicolinearidade os resultados ficaram próximos do tolerável, com exceção do ano de 2017 de forma que se optou por manter todas as variáveis no modelo visto suas importâncias teóricas.

As primeiras regressões analisadas foram as relativas ao gasto com Turismo, que mostrou melhores resultados na dependência espacial e com o propósito de otimizar a análise dentre os modelos estimados Q1, Q2, R1 e R2, também foi selecionado o que apresentou maior dependência espacial.

Quadro 6 - Resultado das regressões com a variável (TURPER) nos anos de 2013 a 2017.

| Turismo- per | 2017 | | 2016 | | 2015 | | 2014 | | 2013 | |
|---------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|----------------|-----------|--------------|----------|---------------|----------|
| | Lag Espacial | | Lag Espacial | | Error Espacial | | Lag Espacial | | Erro Espacial | |
| | Coef | P-Valor | Coeficiente | P-Valor | Coeficiente | P-Valor | Coeficiente | P-Valor | Coeficiente | P-Valor |
| W_LNTURPER | 0.0323 | 0.0000* | 0.3318 | 0.0000* | | | 0.3526 | 0.0000* | | |
| CONSTANTE | -1.8068 | 0.0000* | -1.3940 | 0.0000* | -2.3209 | 0.0000* | -1.1663 | 0.0000* | -2.4808 | 0.0000* |
| PMENOR19 | -1.1795 | 0.2298 | -5.3229 | 0.0571*** | -3.5165 | 0.0752*** | -2.7209 | 0.1497 | -1.0109 | 0.6011 |
| PMAIOR65 | -5.5555 | 0.6090 | 4.9679 | 0.0853*** | 7.4105 | 0.0861*** | 5.3580 | 0.1946 | 6.0262 | 0.8866 |
| TXDESEM | -1.1026 | 0.1806 | -9.5237 | 0.2496 | -1.1612 | 0.1634 | -7.6692 | 0.3415 | -0.4035 | 0.6215 |
| C1 | 1.2828 | 0.0858*** | 1.7626 | 0.0193** | 2.4724 | 0.7429 | 4.2611 | 0.5589 | 1.9326 | 0.0087* |
| C2 | -1.8966 | 0.4330 | 2.5226 | 0.3018 | 1.9595 | 0.4318 | 3.7936 | 0.1079 | 5.6143 | 0.0221** |
| C3 | 1.8736 | 0.2808 | 6.3026 | 0.0003* | 3.8365 | 0.8373 | -3.1295 | 0.8535 | 5.3568 | 0.0040* |
| C4 | 2.1513 | 0.1046 | 3.8601 | 0.0037* | 3.1944 | 0.0318** | 2.5695 | 0.0475** | 5.3797 | 0.0003* |
| C5 | 7.78333 | 0.5110 | 1.1960 | 0.3130 | 4.8772 | 0.7179 | 4.6533 | 0.9968 | 3.1023 | 0.0229** |
| GOV | -3.4098 | 0.5886 | -1.1869 | 0.0605*** | -1.7330 | 0.7923 | 4.3405 | 0.4767 | -4.0056 | 0.5086 |
| PRES | -8.0504 | 0.2880 | 2.3270 | 0.7596 | 3.8505 | 0.6272 | 5.7611 | 0.9391 | -5.9276 | 0.4287 |
| TOMB | 4.4573 | 0.0000* | 4.7444 | 0.0000* | 3.1853 | 0.0056* | 6.1425 | 0.0000* | 4.0901 | 0.0003* |
| DP | 0.0202 | 0.2810 | -0.0193 | 0.3092 | -0.02403 | 0.2064 | 0.0079 | 0.6673 | -0.0394 | 0.0332** |
| IDHM | 3.3381 | 0.0000* | 2.525 | 0.0000* | 4.4514 | 0.0000* | 2.2908 | 0.0000* | 4.3733 | 0.0000* |
| RENDAPER | 4.0905 | 0.3008 | 3.4159 | 0.0115** | 2.7468 | 0.0561*** | 1.7506 | 0.1446 | 1.2058 | 0.3698 |
| LAMBDA | | | | | 0.3598 | 0.0000* | | | 0.4492 | 0.0000* |
| | | | | | | | | | | |
| NºObservações | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | |
| Akaike | 380861 | | 380899 | | 381002 | | 380626 | | 380781 | |
| Schwars | 380967 | | 381005 | | 381102 | | 380732 | | 380881 | |
| R2 | 0.0636 | | 0.0627 | | 0.0734 | | 0.0708 | | 0.0806 | |
| Breush-Pagan | 516.016 | 0.000* | 463.450 | 0.000* | 557.993 | 0.000* | 500.931 | 0.000* | 580.406 | 0.000* |
| Multicolinearidade | 90.1332 | | 35.4064 | | 34.2791 | | 33.4963 | | 33.5422 | |
| Jarque-Bera | 25091.99 | 0.000* | 24449.97 | 0.000* | 23968.59 | 0.000* | 27154.09 | 0.000* | 10957.08 | 0.000* |
| I Moran | 0.0520 | 0.000* | 0.0490 | 0.000* | 0.0626 | 0.000* | 0.0573 | 0.000* | 0.0486 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 119.959 | 0.000* | 125.022 | 0.000* | 263.655 | 0.000* | 205.571 | 0.000* | 97.652 | 0.000* |
| Robust LM (lag) | -65.401 | -1.000 | 2.0709 | 0.1501 | 78.5236 | 0.000* | 43.6290 | 0.000* | 118.449 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 138.92 | 0.000* | 123.361 | 0.000* | 201.820 | 0.000* | 169.202 | 0.000* | 121.529 | 0.000* |
| Robust LM (error) | -46.44 | -1.000 | 0.4101 | 0.522 | 16.688 | 0.000* | 7.26 | 0.007* | 142.326 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 73.52 | 0.000* | 125.432 | 0.000* | 280.343 | 0.000* | 212.831 | 0.000* | 239.978 | 0.000* |

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Os temos *, ** e *** denotam significância a 1%, 5% e 10% respectivamente. Modelo escolhido com base no critério Akaike de menor valor.

Para Anselin (2005), a análise básica se resume em: i) estimar o modelo via MQO ii) realizar o teste global de Moran; iii) realizar testes específicos de Multiplicador de Lagrange; iv) em caso de dependência espacial analisar entre modelo de erro autorregressivo (Robust LM erro) ou modelo de defasagem espacial (Robusto LM Lag), utilizando o que apresentar o menor p-valor.

Buscando responder a todas as hipóteses da pesquisa, no quadro 5 é possível verificar que a hipótese relativa relevância da centralidade foi confirmada para todos os níveis de centralidade mostrando que, com exceções de alguns anos que apresentaram coeficientes de

gasto negativos, os outros mostram indícios de que a centralidade do município indica em maiores gastos na subfunção turismo. A centralidade de nível 1 e a centralidade de nível 4 são as que se mostraram mais significativas dentro do período de análise.

Em relação a hipótese dois onde busca-se verificar se há uma interação positiva entre pessoas menores de dezenove anos e maiores de sessenta e cinco, obteve-se que para os gastos com turismo as duas variáveis se apresentaram significativas nos anos de 2015 e 2016, no entanto o gasto relativo aos menores de 19 anos se apresentou negativo mostrando que existe uma falta de investimento em municípios com um grande número de pessoas menores de 19 anos. Já os municípios com grande número de pessoas com mais de 65 anos apresentou gastos positivos. De tal forma é possível verificar que para a hipótese relativa aos maiores de 65 anos o resultado de mostrou positivo informando que existe relação, já para os menores de 19 a interação foi negativa refutando a hipótese.

A variável densidade populacional só foi significativa no ano de 2013, no entanto seu coeficiente apresentou sinal negativo indicando que, para a análise em questão, o fator densidade populacional não foi significativo, apesar de nos anos de 2014 e 2017 apresentarem gastos positivos mas sem relevância estatística.

Como esperado verificou-se que o nível de escolaridade (IDH) mostrou-se significativo a 1% para os cinco anos. De tal forma possibilitou inferir que o nível de escolaridade influencia positivamente nos gastos com turismo. Esta variável contribuiu em todos os anos da análise para que houvessem maiores gastos em turismo, com cerca de 4,45% para cada ponto percentual de aumento no IDH em 2015, sendo este o maior coeficiente para esta variável e o menor encontrado foi 2,29% em 2014.

A variável renda (RENDAPER) mostrou-se significativa a 5% em 2016 e a 10% em 2015, sendo que os demais anos apresentaram sinal positivo para o gasto com turismo, no entanto não apresentaram significância. Desta forma a hipótese 4 foi confirmada mostrando que tanto o nível de escolaridade quanto a renda têm efeito positivo no gasto com turismo.

A hipótese cinco que trata da variável taxa de desemprego não se mostrou consistentemente significativa em nenhum dos anos, mas todos os coeficientes apresentaram sinal negativo indicando a consistência da hipótese 5 já que o aumento da taxa de desemprego influenciou negativamente os gastos com turismo em todos os anos da análise.

A coligação partidária do prefeito municipal apresentou evidências de que os gastos com turismo diminuíram com relação direta entre os partidos do prefeito e do governador somente apresentando crescimento do gasto no ano de 2014, apesar de apresentar em maior parte dos anos resultados negativos a hipótese 6 não será refutada. O único resultado que

apresentou significância estatística foi em 2016 mostrando que neste ano eram gastos aproximadamente 1,19% a menos em turismo nos municípios com tal coligação. E para a coligação entre prefeito e presidente (PRES) os resultados mostram que, para os anos 2014, 2015 e 2016 essa relação apresenta-se positiva com maiores gastos em turismo, apesar de que, nos anos 2013 e 2017 esses resultados se apresentaram negativos e em todos os anos tais resultados não apresentaram significância estatística.

E por fim os resultados para a hipótese 7 referentes aos gastos com turismo mostram que os municípios que possuem patrimônios tombados apresentam uma relação positiva de gasto. Nos resultados analisados os dados de 2013 mostram que a existência de bens culturais tombados estimula os gastos públicos em até 4,09% *per capita*. Este percentual aumentou para 6,14% em 2014, e no ano seguinte apresentou uma redução ficando com o percentual de 3,18%, no ano de 2016 voltou a crescer apresentando estímulo de 4,74% e chegando a um patamar de 4,46% em 2017. De acordo com a hipótese formulada, pode-se afirmar que há uma relação positiva entre Gasto com Comércio e Serviços e a existência de patrimônio tombado pelo IPHAN nos municípios brasileiros.

O quadro 6 vem apresentando os resultados das regressões para a variável Comércio e Serviços. Os pontos de destaque para tal variável são que a hipótese relacionada a centralidade foi confirmada podendo observar relevância para as centralidades de nível dois, três e quatro.

A variável Tombamento também apresentou representatividade nos resultados, e para todos os anos foi verificada uma relação positiva do gasto com comércio e serviços.

As variáveis que consideram a população com menos de 19 anos e mais de 65 anos só mostraram representatividade no ano 2014 sendo que apresentou gasto positivo para população com maior quantidade de pessoas menores de 19 anos e gasto negativo para população com maior quantidade de pessoas acima dos 65 anos. O que para o ano de 2014 diferentemente do resultado encontrado para a variável Turismo, confirma a hipótese 2 para menores de 19 anos e refuta para maiores de 65 anos. Sendo que os demais anos não se mostraram significativos.

A densidade populacional em 2013 e 2016 apresentou resultados positivos, confirmado a hipótese 3, mostrando que o aumento da população aumenta os investimentos em 3,76% e 5,49% respectivamente, para cada ponto percentual.

E analisando as variáveis renda *per capita* e IDH foi possível verificar que para a função comércio e serviços as variáveis apresentam influência positiva para gasto, de forma que somente no ano de 2013 e 2017 o p-valor da variável renda *per capita* não apresentou significância.

Quadro 7 - Resultado das regressões com a variável (CeSPER) nos anos de 2013 a 2017

| Comércio e Serviços-per | 2017 | | 2016 | | 2015 | | 2014 | | 2013 | |
|-------------------------|--------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|--------------|-----------|---------------|----------|
| | Lag Espacial | | Erro Espacial | | Erro Espacial | | Lag Espacial | | Erro Espacial | |
| | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor |
| W_LNCeSPER | 0.2755 | 0.000* | | | | | 0.3122 | 0.000* | | |
| CONSTANTE | -2.3968 | 0.000* | -2.8876 | 0.000* | -2.2316 | 0.000* | -1.4624 | 0.000* | -2.2828 | 0.000* |
| PMENOR19 | -8.75823 | 0.4353 | -2.3278 | 0.2927 | -1.6512 | 0.4655 | 3.6662 | 0.0922*** | 2.6390 | 0.2281 |
| PMAIOR65 | -1.0189 | 0.4117 | 5.5807 | 0.2483 | 3.6858 | 0.4559 | -8.4340 | 0.0766*** | -7.4252 | 0.1207 |
| TXDESEM | -1.5060 | 0.1096 | -1.3891 | 0.1385 | -1.5943 | 0.0959*** | -1.1476 | 0.2171 | -0.6782 | 0.4645 |
| C1 | -7.2515 | 0.3954 | 1.5519 | 0.8548 | -7.0194 | 0.4182 | 5.5770 | 0.5071 | 4.8615 | 0.5609 |
| C2 | 2.7226 | 0.3248 | 5.0174 | 0.0703*** | 2.8396 | 0.3164 | 9.0565 | 0.0009* | 6.7503 | 0.0146** |
| C3 | 3.7231 | 0.0608*** | 5.1236 | 0.0119** | 1.3142 | 0.5283 | 2.4735 | 0.206 | 5.3537 | 0.0097* |
| C4 | 3.5695 | 0.0184** | 5.1747 | 0.0012* | 3.3863 | 0.0379** | 5.5633 | 0.0002* | 5.1514 | 0.0018* |
| C5 | 4.9404 | 0.715 | 2.1224 | 0.1379 | -1.1324 | 0.4397 | 3.8967 | 0.7687 | 1.9591 | 0.1906 |
| GOV | 2.4803 | 0.9725 | -8.8467 | 0.2193 | 3.5275 | 0.6402 | 5.5785 | 0.4277 | 4.7504 | 0.9449 |
| PRES | -1.2015 | 0.8896 | -5.4695 | 0.5271 | 4.6874 | 0.6064 | 6.7689 | 0.4362 | -6.3577 | 0.4541 |
| TOMB | 2.4770 | 0.0499** | 5.3255 | 0.000* | 4.3321 | 0.0009* | 6.5589 | 0.000* | 4.8230 | 0.0002* |
| DP | 0.0117 | 0.5874 | 0.0376 | 0.0798*** | -0.0179 | 0.4136 | 0.0016 | 0.9411 | 0.0549 | 0.0089* |
| IDHM | 4.5855 | 0.000* | 5.3871 | 0.000* | 4.7984 | 0.000* | 2.8726 | 0.000* | 4.4427 | 0.000* |
| RENDAPER | 4.0478 | 0.3703 | 4.3177 | 0.0057* | 7.3198 | 0.000* | 3.6586 | 0.0082* | 2.4509 | 0.1057 |
| LAMBDA | | | 0.1966 | 0.000* | 0.2028 | 0.000* | | | 0.36003 | 0.000* |
| | | | | | | | | | | |
| NºObservações | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | |
| Akaike | 382334 | | 382253 | | 382514 | | 382202 | | 382147 | |
| Schwars | 382440 | | 382353 | | 382613 | | 382308 | | 382247 | |
| R2 | 0.0608 | | 0.0605 | | 0.0741 | | 0.0789 | | 0.0753 | |
| Breush-Pagan | 292.808 | 0.000* | 282.851 | 0.000* | 401.035 | 0.000* | 345.113 | 0.000* | 353.325 | 0.000* |
| Multicolinearidade | 90.133 | | 34.829 | | 34.279 | | 33.496 | | 33.542 | |
| Jarque-Bera | 11134.15 | 0.000* | 10618.39 | 0.000* | 9981.52 | 0.000* | 11542.39 | 0.000* | 10957.08 | 0.000* |
| I Moran | 0.0385 | 0.000* | 0.0419 | 0.000* | 0.0454 | 0.000* | 0.0487 | 0.000* | 0.0486 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 53.987 | 0.000* | 53.723 | 0.000* | 162.672 | 0.000* | 159.478 | 0.000* | 97.652 | 0.000* |
| Robust LM (lag) | -73.543 | -1.000 | -88.674 | -1.000 | 80.501 | 0.000* | 47.063 | 0.000* | 118.449 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 76.252 | 0.000* | 90.186 | 0.000* | 105.978 | 0.000* | 122.118 | 0.000* | 121.529 | 0.000* |
| Robust LM (error) | -51.278 | -1.000 | -52.212 | -1.000 | 23.806 | 0.000* | 9.703 | 0.002* | 142.326 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 2.709 | 0.258 | 1.512 | 0.470 | 186.478 | 0.000* | 169.181 | 0.000* | 239.978 | 0.000* |

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Os termos *, ** e *** denotam significância a 1%, 5% e 10% respectivamente. Modelo escolhido com base no critério Akaike de menor valor.

No quadro 7, estão os resultados para as regressões tendo como variável dependente as demais subfunções de comércio e serviços, a qual corresponde aos Gastos com Comercialização, Comércio Exterior, Promoção Comercial, Administração geral e Outras Despesas.

Quadro 8 - Resultado das regressões com a variável (SubPER) nos anos de 2013 a 2017

| Outras Subfunções- per | 2017 | | 2016 | | 2015 | | 2014 | | 2013 | |
|---------------------------|---------------|----------|---------------|----------|--------------|-----------|--------------|-----------|---------------|---------|
| | Erro Espacial | | Erro Espacial | | Lag Espacial | | Lag Espacial | | Erro Espacial | |
| | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor | Coefficiente | P-Valor |
| W_LNSUBPER | | | | | 0.2493 | 0.000* | 0.1956 | 0.000* | | |
| CONSTANTE | -1.4723 | 0.000* | -1.3952 | 0.000* | -1.1128 | 0.6508 | -6.4188 | 0.0067* | -1.9507 | 0.000* |
| PMENOR19 | -8.8712 | 0.2458 | -1.4544 | 0.3484 | -1.5514 | 0.3338 | 2.8177 | 0.0695*** | -9.0988 | 0.5508 |
| PMAIOR65 | -8.2224 | 0.3248 | 3.6446 | 0.2823 | 3.1904 | 0.3634 | -7.7275 | 0.0228** | 2.1003 | 0.5288 |
| TXDESEM | -5.8584 | 0.3455 | -6.5287 | 0.3215 | -7.045 | 0.3030 | -6.2353 | 0.3469 | -0.5300 | 0.4147 |
| C1 | 1.1316 | 0.0444** | 2.1937 | 0.0002* | 2.5322 | 0.000* | 2.3845 | 0.0001* | 9.5884 | 0.1017 |
| C2 | 7.0844 | 0.0001* | 7.7117 | 0.0001* | 4.7045 | 0.0189** | 3.6326 | 0.0612*** | 2.952 | 0.1223 |
| C3 | 4.9019 | 0.0003* | 2.9706 | 0.0360** | 3.3036 | 0.0219** | 4.4758 | 0.0013* | 4.5558 | 0.0011* |
| C4 | 3.6706 | 0.0006* | 2.7928 | 0.0112** | 2.3887 | 0.0304** | 3.6172 | 0.0007* | 3.0983 | 0.0045* |
| C5 | 1.2150 | 0.2133 | 4.4879 | 0.6489 | -1.5789 | 0.1062 | -1.3407 | 0.1559 | 9.1813 | 0.3475 |
| GOV | 1.0229 | 0.0323** | 1.0665 | 0.0348** | 5.9483 | 0.268 | -5.6583 | 0.2592 | -5.6557 | 0.2388 |
| PRES | -2.4696 | 0.6667 | -8.1836 | 0.1776 | -3.8624 | 0.5511 | 7.3503 | 0.2356 | -3.4790 | 0.5576 |
| TOMB | 4.7150 | 0.5796 | 1.4438 | 0.1060 | 1.3962 | 0.8792 | 1.1236 | 0.2067 | 3.8071 | 0.6658 |
| DP | 0.0141 | 0.0227** | -0.0074 | 0.6252 | -0.0419 | 0.0073* | -0.0297 | 0.0489** | 0.0586 | 0.0001* |
| IDHM | 2.5225 | 0.000* | 2,5729 | 0.000* | 6.3129 | 0.0602*** | 1.4633 | 0.000* | 3.4254 | 0.000* |
| RENDAPER | 3.4140 | 0.2656 | 2.2501 | 0.0392** | 6.9133 | 0.000* | 4.2302 | 0.000* | 3.7167 | 0.7216 |
| LAMBDA | 0.2586 | 0.000* | 0.1422 | 0.0002* | | | | | 0.1671 | 0.000* |
| | | | | | | | | | | |
| NºObservações | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | | 5564 | |
| Akaike | 377694 | | 378323 | | 378788 | | 378417 | | 378126 | |
| Schwarz | 377793 | | 378423 | | 378894 | | 378523 | | 378226 | |
| R2 | 0.0417 | | 0.0405 | | 0.0542 | | 0.0589 | | 0.0347 | |
| Breush-Pagan | 1044.37 | 0.000* | 748.39 | | 773.09 | 0.000* | 1201.18 | 0.000* | 796.37 | 0.000* |
| Multilinearidade | 90.133 | | 34.829 | | 34.279 | | 33.496 | | 33.542 | |
| Jarque-Bera | 107704.16 | 0.000* | 79859.92 | 0.000* | 65873.04 | 0.000* | 80740.08 | 0.000* | 86584.22 | 0.000* |
| I Moran | 0.0294 | 0.000* | 0.0192 | 0.000* | 0.0358 | 0.000* | 0.0269 | 0.000* | 0.0236 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 32.3802 | 0.000* | 9.9842 | 0.0016* | 85.5520 | 0.000* | 46.8913 | 0.000* | 18.0425 | 0.000* |
| Robust LM (lag) | -294.5228 | -1.000 | -69.6710 | -1.000 | 29.4089 | 0.000* | 14.2945 | 0.000* | 92.5592 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | 44.4835 | 0.000* | 18.8808 | 0.000* | 66.0941 | 0.000* | 37.2146 | 0.000* | 28.7220 | 0.000* |
| Robust LM (error) | -282.4195 | -1.000 | -60.7744 | -1.000 | 9.9510 | 0.002* | 4,6178 | 0.032** | 103.2388 | 0.000* |
| Lagrange Multiplier | -250.0393 | -1.000 | -50.7902 | -1.000 | 95.5030 | 0.000* | 51.5092 | 0.000* | 121.2813 | 0.000* |

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Os temos *, ** e *** denotam significância a 1%, 5% e 10% respectivamente. Modelo escolhido com base no critério Akaike de menor valor.

Em relação aos resultados apresentados para esta variável observa-se, a relevância da variável centralidade nos níveis 1, 2, 3 e 4 com significância de 1% na maioria dos casos.

A coligação partidária mostrou-se relevante. Contudo, essa relação foi somente confirmada entre prefeito e governador, não se confirmando com presidente. Desta forma, há indícios para não rejeitar a hipótese 6, em 2016 e 2017. Para estes anos a variável (GOV) mostra-se significante a 1%, o que representa um gasto de 1,02 e 1,06% a mais nas Demais subfunções de Comércio e Serviços.

Quanto à variável tombamento, observa-se que não houve relevância similar às variáveis anteriores. Para todos os anos verificou-se que a existência de bens culturais tombados estimula os gastos públicos positivamente, no entanto os resultados não foram significativos a 1%, 5% e nem 10%. Assim, há indícios para rejeitar a hipótese 7, pois os resultados não apresentaram significância.

A renda *per capita* foi significativa a 1% em 2014 e 2015 e a 5% em 2016 e apresentou coeficientes positivos. Neste caso como o resultado encontrado foi positivo, o que era já esperado, desta forma não foi rejeitada a hipótese de pesquisa 3. A *renda per capita* não apresentou significância estatística para os anos de 2013 e 2017.

A densidade populacional apresentou resultados negativos que refutam a hipótese 3, no entanto também apresentou resultados com sinal positivo e com significância de 1%. O IDH novamente mostra sua relevância, apesar de seus efeitos terem diminuído ao longo dos anos, se comparado com o período de 2013. No que tange a variável Maior65, observa-se sua relevância estatística, porém, o coeficiente foi negativo. E com relação a variável Menor19 ocorreu algo semelhante mostrando significância apenas no ano de 2014, apresentando sinal positivo com significância de 10%.

Após realizada a análise das regressões, verificou-se que entre as três estimativas de resultados possíveis a mais utilizada, com 8 aplicações, foi a regressão de Modelo de Erro Espacial, seguida de Modelo de Lag Espacial, com 7 aplicações. Sendo que não foi utilizada a regressão de Mínimos Quadrados Ordinários. O Modelo de Erro Espacial prevê que há uma dependência em termos de erros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de ampliar o estudo envolvendo as inter-relações da despesa pública nos municípios brasileiros, esta pesquisa procurou investigar os fatores determinantes do gasto público com comércio e serviços dando ênfase a subfunção turismo. Nessa perspectiva, baseado na TLC, o objetivo foi de identificar a influência dos municípios centrais entre os municípios.

A pesquisa realizada permitiu verificar a autocorrelação entre alguns indicadores sociais através da análise exploratória espacial por áreas, usando ferramentas estatísticas como o índice de Moran local, modelo de *Lag* espacial, modelo de erro espacial e mínimos quadrados ordinários. O índice mostrou haver autocorrelação entre os municípios e dependência espacial fraca.

A partir dos resultados encontrados foi possível verificar quais os fatores de interdependência impactaram o gasto.

Respondendo a hipótese (H1) verificou-se que a centralidade tem influência positiva sobre o gasto com comércio e serviços tanto na função centralizadora quanto nas subfunções. Este fato se torna relevante pois analisando o nível de centralidade para Turismo foi possível verificar que, o nível quatro de centralidade foi o que mais se apresentou significativo durante os anos, com essas informações podemos verificar que em alguns casos o maior gasto não está acontecendo nas grandes metrópoles mas, como neste caso, nas capitais regionais primárias.

Isso pode ser explicado pelo fato de muitas vezes os turistas buscarem viajar para lugares menores e distantes dos grandes centros fazendo assim com que municípios com um menor nível de centralidade tenham maiores gastos com turismo, pois recebem um grande número de visitantes e acabam investindo mais nesta subfunção para que este gasto gere um retorno.

Quanto a hipótese (H2) verificou-se que a faixa etária, mais precisamente pessoas maiores de 65 anos e menores de 19 anos contribuem para aumento dos gastos com a função centralizadora comércio e serviços. Na subfunção Turismo somente a hipótese relacionada aos maiores de 65 anos foi confirmada o que pode ser explicado pelo fato de que pessoas de mais idade possuem mais tempo livre e recursos disponíveis para aplicar em viagens.

Em relação a hipótese (H3) a densidade populacional mostrou impacto positivo nos gastos da função comércio e serviços e nas demais subfunções, sendo que, para a variável turismo alguns resultados mostraram-se positivos, mas não possuem significância estatística. O resultado que apresentou significância possui coeficiente negativo informando redução do gasto. Tal resultado traz uma dúvida e questionamento, pois supõe-se que o aumento da densidade populacional deveria também aumentar os gastos com turismo.

O IDH e a renda variáveis da hipótese (H4) apresentaram gastos positivos indicando que pessoas com boa formação educacional e renda acima da média populacional, podem constituir um grupo seletivo de interesse por atividades que envolvam o turismo, os quais demandam da gestão pública maiores gastos. De tal forma que vários estudos já comprovam que quanto maior a escolaridade da pessoa, maior a renda da família e, conseqüentemente, as despesas.

Já a variável taxa de desemprego evidenciada na hipótese (H5), apresenta que quanto maior o desemprego menores são os gastos, o que já era esperado pois analisando a subfunção turismo podemos assumir que apesar da pessoa dispor de mais tempo disponível, ela não possui renda para investir em gastos com turismo fazendo assim com que haja uma redução de gastos.

A coligação partidária hipótese (H6) só foi representativa em relação ao gestor municipal e o governador, não apresentando efeito sobre a coligação gestor/presidente. Tal fato mostra relevância pelo fato de o governador ser o responsável por angariar recursos para seu estado, o que desta forma pode fazer com que ele direcione mais recursos para os prefeitos que possuam a mesma coligação partidária que ele.

E no que compete a variável patrimônio tombado hipótese (H7) essa se apresentou bastante significativa para todos os anos, e em todas as variáveis dependentes, de forma que se confirma a hipótese de que o gasto aumenta quando um município possui algum patrimônio tombado, tal resultado se torna muito relevante em termo do gasto com turismo pois municípios que possuem bens tombados costumam receber maior número de turistas.

Em termos de contribuições, a presente pesquisa permite verificar a teoria dos lugares centrais sob a perspectiva da função comércio e serviços e suas subfunções, em complemento ao trabalho de Werck, Heyndels e Geys (2008). E como proposta, espera-se que os gestores públicos cientes da complexidade que envolve a oferta de serviços públicos no Brasil, no que diz às suas relações de interdependência, adotem mecanismos para fazer frente à correta alocação de recursos, visando sanar as desigualdades regionais no tocante à oferta desses serviços. Desta forma é necessário que as políticas públicas de alocação e distribuição de recursos destinados ao comércio e serviços sejam melhor definidos para que haja uma propagação igualitária desse setor podendo alavancar a economia de pequenos municípios.

É evidenciada a limitação da pesquisa em relação a qualidade dos dados. De forma que a análise não foi feita para o ano de 2018. Tais limitações foram encontradas pelo fato de somente cerca de 260 municípios possuírem o valor gasto com comércio e serviços disponíveis para este ano.

Enfim, sugere-se que outros estudos envolvendo gastos públicos sejam desenvolvidos, visto a grande variedade de funções que requerem atenção voltadas aos investimentos públicos.

A temática desta pesquisa teve como foco o gasto com comércio e serviços enfatizando o gasto com turismo, no entanto, temos muitas outras funções de gasto público que merecem atenção, com isso podem ser elaborados outras pesquisas até mesmo analisando outras extensões geográficas a fim de verificar como estes gastos estão se relacionando pelo país.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas: estudo do caso de São Paulo. **Instituto de Pesquisas Econômicas**, 1982.
- ALBUQUERQUE, P. H. M. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. Fortaleza: IPECE, 2009.
- ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alínea, 2012.
- ALVES, F. D. (2011). Notas Teórico- Metodológicas entre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional. **In V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul.
- ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with GeoDa: A Workbook**. Geography, Center for Spatially Integrated Social Science, 2005. Disponível em: <<http://www.csiss.org/clearinghouse/GeoDa/geodaworkbook.pdf>> . Acesso em: 15 abr. 2019.
- ARAÚJO, E. C.; URIBE-OPAZO, M. A.; JOHANN, J. A. Modelo de regressão espacial para estimativa da produtividade da soja associada a variáveis agrometeorológicas na região oeste do estado do Paraná. **Eng. Agríc.**, Jaboticabal , v. 34, n. 2, p. 286-299, 2014.
- ARONSSON, T.; LUNDBERG, J.; WIKSTRÖM, M. **The impact of regional public expenditures on the local decision to spend**: Regional Science and Urban Economics, v. 30, n. 2, p. 185-202, 2000.
- BECKER, Bertha (1996): “Política e planejamento do turismo no Brasil”. En: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana F. A.; Cruz, Rita C. A. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: **Hucitec**, p.181-192.
- BEN-ARIEH, A. Public expenditure, locality characteristics and child outcomes. **Children and Youth Services Review**, v. 32, n. 12, p. 1778-1786, 2010.
- BESLEY, T. J.; ROSEN, H. S. Vertical externalities in tax setting: evidence from gasoline and cigarettes. **Journal of Public Economics**, v. 70, n. 3, p. 383-398, 1998.
- BESLEY, T., & CASE, A. (1995). Incumbent Behavior: vote-seeking, tax-setting, and yardstick competition. **The American Economic Review**, 85 (1), pp. 25-45.
- CAMPOS, E. S. **GASTOS EM CULTURA**: uma análise da dependência espacial entre os municípios brasileiros. 2018. 115f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2018.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa y BONETTI, Lucas Araújo (2015): “Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil ”. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19 (diciembre 2015). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>>. Acesso em 15 abr 2019.
- CARNEIRO, V. L.; LUCAS, V. M. Interação espacial nas despesas municipais. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 47, 2016.
- CASE, A. C.; ROSEN, H. S.; HINES JR, J. R. **Budget spillovers and fiscal policy interdependence**: Evidence from the states. Journal of Public Economics, v. 52, n. 3, p. 285-307, 1993.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Souther Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc, 1966.

CHRISTALLER, W. Some considerations of tourism location in Europe - the peripheral regions under developed countries recreation areas. In: **Regional Science Association**: papers XII, Lund Congress, 1963, Jungenheim/Alemanha. Anais... Jungenheim/Alemanha: 1963.

CORRÊA, Roberto Lobato. Repensando a teoria das localidades centrais. In MOREIRA, Ruy. **Geografia, teoria e crítica**: o saber posto em questão. Vozes, 1982.

COSTA, R. F. R.; LIMA, F. S.; SILVA, D. O. P. Política fiscal local e taxa de crescimento econômico: um estudo com dados em painel. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 42, 2014.

CRUZ, Rita A. (2000): “Política de turismo e território”. São Paulo: Contexto.

Endres, Ana V. (2002): “As mudanças na condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: uma análise do PNMT”. En: Souza, Maria J. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB; MMA, p. 179-189.

DEGENHART, L.; VOGT, M.; ZONATTO, V. C. S. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil. **REGE – Revista de Gestão**, v. 23, n. 3, p. 233-245, 2016.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B de.; BIANCHINI, V. (2014). **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. In http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen_fatores.pdf. Acesso em 27/02/2019.

DUARTE, A., & LIMA, D. (2019, 21 de fevereiro). **Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais dos municípios**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540>>. Acesso em 15 abr 2019.

FERNANDES, Antonio S. A. (2007): “Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social”. En: Dantas, Humberto; Junior, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus.

FITZSIMMONS, J; FITZSIMMONS, M. **Administração de serviços**: operações, estratégias e tecnologia da informação. 4ªed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FREEMAN, D. G. Is health care a necessity or a luxury? Pooled estimates of income elasticity from US state-level data. **Applied Economics**, v. 35, n. 5, p. 495-502, 2003.

HALL, Michael (2001): “**Planejamento turístico: políticas, processos e relacionados**”. São Paulo: Contexto.

HAN, Y.; PIERETTI, P.; ZOU, B. Does tax competition increase infrastructural disparity among jurisdictions? **Review of International Economics**, v. 26, n. 1, p. 20–36, 2017.

HAUPTMEIER, S.; MITTERMAIER, F.; RINCKE, J. Fiscal competition over taxes and public inputs. **Regional Science and Urban Economics**, v. 42, n. 3, p. 407–419, 2012.

HEILBRUN, J. Art and culture as central place functions. **Urban Studies**, v. 29, n. 2, p. 205– 215, 1992.

HIBBS, D. Political parties and macro-economic policy. **American Political Science Review**, 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977.

ISEN, A. Do local government fiscal spillovers exist? Evidence from counties, municipalities, and school districts. **Journal of Public Economics**, v. 110, p. 57-73, 2014.

KLERING, L. R., KRUEL, A. J., & STRANZ, E. (2012). Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão. Análise – **Revista de Administração da PUCRS**, 23(1), 31-44.

LEUNG, M. C. M.; WANG, Y. Endogenous health care, life expectancy and economic growth. **Pacific Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 11-31, 2010.

MANSKI, C. F. Identification of endogenous social effects: the reflection problem. **The Review of Economic Studies**, v. 60, n. 3, p. 531-542, 1993.

MEIRELLES, H. L. (2002). **Direito administrativo brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Saraiva.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatística e indicadores de turismo mundial**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/estat%C3%ADsticas-e-indicadores-turismo-mundial.html>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MOSCONI, F.; KNAPP, M.; TOSETTI, E. Mental health expenditure in England: A spatial panel approach. **Journal of Health Economics**, v. 26, n. 4, p. 842-864, 2007.

MURDOCH, J. C.; RAHMATIAN, M.; THAYER, M. A. A Spatially autoregressive median voter model of recreation expenditures. **Public Finance Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 334-350, 1993.

NARAYAN, B; RAJENDRAN, C; SAI, L. P; and GOPALAN, R. Dimensions of service quality in tourism – an Indian perspective. **Total Quality Management**. Vol. 20, No. 1, January 2009, 61–89. 2009.

OLIVEIRA, F. H., PETER, M. G. A., & MENESES, A. F. (2010). Lei de responsabilidade fiscal: Implicações nos indicadores sociais municipais. **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, Brasil, 9.

OLIVEIRA, M. de J., & SILVA E. A. (2012). Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governo – EnApg**, Salvador, Brasil, 5.

PEREIRA FILHO, Oliveira A.; TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda; SOUSA, Maria da Conceição S. de. Medidas de custo-eficiência dos serviços subnacionais de segurança pública no Brasil: 2001-2006. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 313-338, 2010.

PEREIRA, João Evangelista. **Centralidade municipal e interdependência de gastos públicos com saúde: evidências para o Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte**. 2018. 106f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

REISCHMANN, M. Creative accounting and electoral motives: Evidence from OECD countries. **Journal of Comparative Economics**, v. 44, n. 2, p.243–257, 2016.

REVELLI, F. On Spatial Public Finance Empirics. **International Tax and Public Finance**, v. 12, n. 4, p. 475-492, 2005.

SCHULZE, G. G., e ROSE, A. (1998). Public orchestra funding in Germany: An empirical investigation. **Journal of Cultural Economics**, 22, 227–247.

SCHULZE, G. G., URSPRUNG, H. W. La Donna e mobile—or is she? Voter preferences and public support for the performing arts. **Public Choice**, v. 102, n. 1-2, p. 129–147, 2000.

SOARES, R. F. **Centralidade municipal e interação estratégica na decisão de gastos públicos em saúde no estado de Santa Catarina**. 2014. 100f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SOARES, R. F.; CLEMENTE, A.; FREIRE, F. S.; SCARPIN, J. E. Centralidade municipal e interação estratégica na decisão de gastos públicos em saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 4, p. 563-585, 2016.

SOLÉ-OLLÉ, A. Expenditure spillovers and fiscal interactions: Empirical evidence from local governments in Spain. **Journal of Urban Economics**, v. 59, n. 1, p. 32-53, 2006.

SOUSA, P. F. B de, Lima, A. O., NASCIMENTO, C. P. S. do. PETER, M. G. A., MACHADO, V. V. M., & GOMES, A de O. (2013). Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: Uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista evidencição contábil & finanças**, 1(1),58-70.

SOUSA, P. F. B., GOMES, A. de O., LIMA, A. O., PETER, M. da G. A., & MACHADO, M. V. V. (2011). Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos – CBC**, Rio de Janeiro, Brasil, 18.

TAVARES, J. Does right or left matter? Cabinets, credibility and fiscal adjustments. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 12, p. 2447–2468. 2004.

WERCK, K.; HEYNDELS, B.; GEYS, B. The impact of ‘central places’ on spatial spending patterns: evidence from Flemish local government cultural expenditures. **Journal of Cultural Economics**, v. 32, n. 1, p. 35-58, 2008.

WILSON, J. D. Theories of Tax Competition. *National Tax Journal*, v. 52, n. 2, p. 269 – 304, 1999.
YU, Y.; ZHANG, L.; LI, F.; ZHENG, X. Strategic interaction and the determinants of public health expenditures in China: a spatial panel perspective. **The Annals of Regional Science**, v. 50, n. 1, p. 203-221, 2013.

ZISSIMOS, B.; WOODERS, M. Public good differentiation and the intensity of tax competition. **Journal of Public Economics**, v. 92, p. 1105–1121, 2008.